

**ANÁLISE DE SÉRIE TEMPORAL DAS DUAS ÚLTIMAS DÉCADAS DO
COMÉRCIO EXTERIOR POTIGUAR: o impacto das políticas públicas**

**TIME SERIES ANALYSIS OF THE LAST TWO DECADES OF POTIGUAR
FOREIGN TRADE: the impact of public policies**

Nayara Vieira Batista

Graduanda em Administração

Faculdade Católica do Rio Grande do Norte - FCRN

<https://orcid.org/0000-0001-7924-4347>

E-mail: nayara.batista@aluno.catolicadorn.com.br

Iriane Teresa de Araújo

Doutora em Administração

Faculdade Católica do Rio Grande do Norte - FCRN

<https://orcid.org/0000-0001-8960-2574>

E-mail: iriane.araujo@professor.catolicadorn.com.br

RESUMO

As Políticas Públicas de Incentivo ao comércio exterior são extremamente relevantes para fomentar o Comércio Internacional e promover o progresso econômico dos países. Assim, este trabalho tem como objetivo de verificar se o crescimento econômico foi influenciado pelas políticas de incentivo ao comércio exterior o Estado do Rio Grande do Norte. Trata-se, então, de uma pesquisa descritiva e quanti-qualitativa, na qual a coleta de dados correu de natureza secundária, com pesquisa bibliográfica e análise temporal de 2000 a 2019, coletado a partir do portal eletrônico do Banco Central do Brasil (BACEN), onde foram analisados os indicadores Taxa de Câmbio, Produto Interno Bruto (PIB) e Balança Comercial do estado potiguar. Tendo em vista dos aspectos observados, constatou-se que as políticas de incentivo contribuíram para o crescimento econômico do estado do RN, conforme comparativo realizado entre as políticas públicas e o desempenho observado na Balança Comercial e por sequência no PIB das últimas duas décadas, incluindo a análise estatística da correlação de tais pilares, que mostraram que os dados estão interrelacionados com o desenvolvimento econômico do Estado. Deste modo, ao longo do período analisado as políticas públicas se apresentaram como fatores relevantes para o desempenho econômico obtido.

Palavras-chave: Crescimento Econômico; Comercialização; Políticas de Incentivo.

ABSTRACT

Public Policies to Encourage Foreign Trade are extremely relevant to foster International Trade and promote the economic progress of countries. Thus, this work aims to verify whether economic growth was influenced by policies to encourage foreign trade in the State of Rio Grande do Norte. It is, therefore, a descriptive and quantitative-qualitative research, in which data collection was of a secondary nature, with bibliographical research and temporal analysis from 2000 to 2019, collected from the electronic portal of the Central Bank of Brazil (BACEN), where the indicators of Exchange Rate, Gross Domestic Product (GDP) and Trade Balance of

the potiguar state were analyzed. In view of the observed aspects, it was found that the incentive policies contributed to the economic growth of the state of RN, as compared between public policies and the performance observed in the Trade Balance and, by sequence, in the GDP of the last two decades, including the statistical analysis of the correlation of such pillars, which showed that the data are interrelated with the economic development of the State. Thus, throughout the analyzed period, public policies were relevant factors for the economic performance obtained.

Keywords: Economic growth; Commercialization; Incentive Policies.

1 INTRODUÇÃO

As atividades de exportação e importação brasileira foram originadas desde o período colonial que ocorreu do século XVI ao XIX com a chegada dos portugueses, sendo frequente a movimentação de cargas e pessoas, tanto em função da corrida comercial, quanto pelo desmonte fiscal, do pagamento do Quinto (imposto da época). Foi preciso uma circulação de grande escala entre os países estrangeiros para que todo o processo fosse executado e o principal meio de transporte era pelo modal marítimo, isto é, denominado como cabotagem, que é a navegação entre portos marítimos sem perder a costa de vista. A cabotagem contrapõe-se à navegação de longo curso, ou seja, aquela realizada entre portos de diferentes nações. Há a distinção entre cabotagem internacional e doméstica e foi evoluindo ao longo dos anos (MARCONDES, 2012).

A partir da década de 60' houve os primeiros indícios de estimulação as exportações e importações, visto que no âmbito da estruturação tiveram ajustes no setor interno e externo, gerando resultados satisfatórios de curto e longo prazo, no entanto, com o desenvolvimento e avanço tecnológico. Já a década de 90' se caracterizou pela participação do Governo Federal que atuava como investidor em alguns nichos do comércio exterior, ou sendo um incentivador em organizações privadas, isto é, estrangeiras, que possuía como objetivo orientar a ampliação das transações na direção correta. O segundo consiste no recesso no comércio externo, pois com as tarifas de importação/exportação, obstáculos com taxas não alfandegárias, restrições cambiais, entre outros, tal negociação com países estrangeiros passou a ser evitada por empresas no território nacional (CAVALCANTI; RIBEIRO, 1998).

Dentre as regiões do Brasil que possuem como pilar forte o comércio internacional em sua economia, o Nordeste se destaca por possuir uma história de internacionalização, na qual possui a estruturação de exportação com produtos e serviços cultivados em sua extensão, apresentando uma produção diversificada. Se tratando especificamente do estado do Rio Grande do Norte, onde seu comércio é caracterizado pela utilização de seus recursos naturais e do trabalho tendo como produtos pioneiros sendo os açúcares, frutas, peixes/frutos do mar (crustáceos), tecidos, minerais e combustíveis (SILVA; MONTALVÁN, 2008).

Com a finalidade de compreender os aspectos mencionados, pode-se questionar como ocorreu o crescimento econômico no que tange ao comércio exterior o estado do Rio Grande do Norte? Deste modo, o presente artigo possui como objetivo de verificar se o crescimento econômico foi influenciado pelas políticas de incentivo ao comércio exterior o Estado do Rio Grande do Norte.

A temática pesquisada justifica-se pela possibilidade da integração e da expansão do ambiente comercial externo, contribuindo de forma considerável para o crescimento econômico, promovendo a geração de empregos e rendimentos. Então, realizar esse tipo de estudo é fundamental para entender como as políticas de incentivo tem em uma certa medida proporcionado os resultados econômicos do Estado do Rio Grande do Norte, inclusive, sua evolução aos longos dos anos, tendo em vista que as exportações e importações são caracterizadas como um pilar importante para o PIB – Produto Interno Bruto da região e do país.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 AS EXPORTAÇÕES NO ÂMBITO DO CRESCIMENTO ECONÔMICO BRASILEIRO

A partir do processo de descobrimento do Brasil as atividades de exportações aconteciam de forma contínua, começando por suas riquezas nativas por meio do extrativismo, nisso ao passar dos anos iniciou a comercialização externa através de produções e matérias primas de distintas regiões do território nacional. Então, evidenciou-se a relevância das transações estrangeiras para o crescimento econômico (MACHADO, 2017).

De acordo com Silva (2009) crescimento econômico pode ser conceituado como uma amplificação sustentável do PIB, que é definido como a mensuração da produção de bens tangíveis e intangíveis da economia, em outros termos, a receita obtida em um determinado período e em uma determinada região ou no país como um todo. As exportações são conceituadas como a saída de um bem de território nacional ao destino de países estrangeiros, uma oferta e demanda tendo em vista que é considerado um pilar importante para economia das nações, pois traz diversos benefícios como exportar aquilo que o próprio possui em grande quantidade e importar o que não é possível ser produzido e conseqüentemente tais fatores geram rentabilidade aos investimentos e desenvolvimento econômico (BRANDT, 2021).

Os efeitos positivos presentes nas exportações no crescimento econômico dos países são qualificados por duas variáveis, denominadas como: direto ou indireto. O direto acontece quando as exportações incorporam a demanda agregada, e conseqüentemente com a ampliação das exportações e com isso gera o aumento no PIB do país. Em relação ao indireto, ocorre porque quanto maior for a abertura da comercialização externa, mais chances de ocasionar a potencialização produtiva resultando na utilização e aproveitamento da economia em proporção, incluindo alocação de mercadorias (CARMO; RAIHER; STEGE, 2016; BALASSA,1978).

Carvalho (2015) defende que o ato de comercializar no âmbito internacional contribui de forma significativa para a ampliação do crescimento econômico, pois tal atividade é considerada como um dos elementos para o PIB, o mesmo ainda enfatiza que conforme a teoria de *Export-led-Growth* o aumento das exportações consiste em um componente importante para o progresso do crescimento econômico a longo prazo, visto que é representado por dois pilares, sendo eles a demanda e oferta. Inclusive, o crescimento na perspectiva econômica possibilita uma evolução das competências tanto humanas e tecnológicas que resultam em processos eficientes, sendo originados às vantagens na questão comparativa em determinados setores, com a finalidade de redução dos recursos da fabricação e posteriormente impulsionando as exportações.

O crescimento relacionado ao ramo mercadológico externo gera impactos em grande escala para economia, com efeitos até com setores internos e para aqueles que não realizam a prática de exportar, as exportações reduzem os custos intermediários, na questão física e social no aspecto quanto à sociedade, pois expandem o mercado com a finalidade de organizações no ambiente interno, no qual resulta em diminuição do grau de capacidade inativo e a relação de ocupação e trabalho. Essencialmente para aquelas nações no qual são subdesenvolvidas onde a comercialização externa integra mais trabalho, intensificando a produtividade dos componentes (BARBOSA, 2007).

Munduruca e Santana (2012) afirmam que as exportações possibilitam o desenvolvimento de processos de mutualidade na esfera tecnológica e econômica com as organizações no ambiente interno, pelo motivo de ocasionar uma demanda por bens e compra de insumos que são produzidos no setor de capital interno. Os mesmos salientam que nenhuma atividade ligada à comercialização externa pode ser executada sem a utilização de determinados serviços, infraestrutura consolidada, comunicação assertiva e também portos e algum meio de transporte pré estabelecidos, inclusive menciona o fato de regiões de distintos países não possuírem integralmente seu crescimento econômico ligado às exportações, de outro modo, tem estados que suas atividades são compostas por industrialização e não estão inseridas no mercado externo.

A comercialização no âmbito externo pode ser visualizada como uma ferramenta de incentivo regional, visto que possibilita além da simplificação da transação comercial, isto é, a venda e compra, entre distintas regiões. Os atos de trocas comerciais movimentam muitos setores de uma economia, tornando-se relevante para promover todo o processo de desenvolvimento regional (GONÇALVES, 2020).

O segmento das exportações transformou-se em um fator fundamental para o desempenho macroeconômico brasileiro essencialmente no âmbito do desenvolvimento, em que tal prática possui uma significativa estimulação gerando uma demanda interna a curto e longo prazo, além de possuir um papel relevante impulsionando a produtividade e consequentemente na competitividade de mercadorias no mercado externo, com o intuito principal de impulsionar o crescimento financeiro e comercial (NAKABASHI; CRUZ; SCATOLIN, 2008).

Segundo Silva, Lunelli e Cleto (2020) a negociação externa no contexto atual, está sendo um pilar essencial para o progresso dos países, sendo caracterizado como um dos principais causadores da prosperidade econômica, tal relação denominada como “intercâmbio” de bens tangíveis e intangíveis se resulta na questão da especialização de divisão. Incluindo que, transações internacionais é constituída de uma variante que traz financiamento no aspecto de aquisição de recursos tecnológicos, infraestrutura, bens e serviços que suprem as necessidades internas e principalmente a consolidação da relação direta entre países em desenvolvimento como o Brasil ou com aqueles que já são desenvolvidos em grande escala. Caracterizando-se como uma variável notável para o alcance de altos índices de divisão de renda e bem-estar social.

Na opinião de Silva Farias e Azevedo Farias (2018) os países que têm influência do comércio externo podem utilizar como um instrumento de crescimento monetário, desde que seja um pilar de alavancagem, sendo um fator benéfico no sentido de expansão de regiões/países

exportadores. Ainda concluem que tal atividade causa impacto no contexto intrínseco como a geração de serviços, mão de obra, renda, empregabilidade, entre outros fatores.

Entre as décadas de 1960 a 1990, foi dado início às medidas de incentivo ao comércio internacional, a princípio foram destinadas primeiramente as ações de importações, porém também foram incluídas as exportações que se encontravam inativas. Referente às exportações, foram desativados os subsídios fiscais, isenção do âmbito federal sobre os impostos ao IPI (sobre a industrialização de produtos) e ICMS (circulação de mercadorias e serviços) destinados às negociações externas da divisão do trabalho e da produção manual, isto é, denominada como manufatura (ALONSO JUNIOR *et al.*, 2010). Segundo os mesmos autores, as principais políticas governamentais referentes às exportações tiveram como foco a alienação de transferências de bens de longo processo de produção e serviços no setor da engenharia e afins. Na opinião de Santos (2014) às políticas de apoio às exportações surgiram com o objetivo de amplificar e diferenciar o papel exportador brasileiro, em especial em sua mercadoria que no momento estava em ascensão, a manufatura.

2.2 AS IMPORTAÇÕES NO ÂMBITO DO CRESCIMENTO ECONÔMICO BRASILEIRO

Segundo Viana, Moraes e Dorneles (2015) o ramo da comercialização internacional é um campo onde diversos países em escala global buscam realizar trocas entre si, no sentido de suprir suas necessidades economicamente, socialmente e na questão política. No território brasileiro, tal relação comercial foi se tornando cada vez mais presente por meio de acordos realizados por países que compõem a América Latina, o chamado Mercosul - Mercado Comum do Sul e Associação Latino Americana buscando fechar parcerias econômicas com nações do mesmo continente, a partir disso, o Brasil passou a expandir negociações em distintas regiões.

Para Souza *et al.* (2015), a importação pode ser conceituada como a transação que proporciona a entrada de produtos advindos de países externos, obedecendo todos os requisitos legais e comerciais. Já para Melo *et al.* (2021), a importação é definida como a entrada de um determinado produto de origem estrangeira, que segundo Benetti, Garcia e Cornejo (2019) é um processo em que permite o consumo de mercadorias que não são fabricados no âmbito interno, que pode ser explicado por conta da deficiência de insumos ou tecnologia, incluindo que a importação é dada pela rentabilidade interna, sendo utilizado principalmente a variável do PIB.

Melo (2013) salienta que nenhum território sendo pequeno, médio ou grande porte consegue produzir todos os bens e serviços que a sociedade em si necessita. Por isso, os países buscaram se especializar em atividades internas que mais possuem habilidade e essencialmente matéria prima, ou melhor, recursos. O mesmo ainda complementa, que as importações são vistas de forma positiva, que de fato é, todavia possui um determinado limite que as nações se beneficiam de tal prática. Pois, com a entrada excessiva de produtos estrangeiros, os de origem nacional vão perdendo a vez na variabilidade competitiva.

Segundo Silva *et al.* (2018), o comércio brasileiro no início do século XX era caracterizado por ser agroexportador no setor do café, incluindo exportador de seus produtos primários, que significava a fonte de rentabilidade brasileira, e na questão das importações a demanda por mercadorias. Porém, com a crise internacional tal sistema entrou em crise no início de 1929 e se prolongou até a década de 1970, com isso a questão de importar de outros países essencialmente dos Estados Unidos com taxas altas de juros, aumento do petróleo, entre outros

fatores se tornou um pilar complexo de ser realizado. Os autores ainda afirmam que, com tal sistemática acontecendo, o Governo Federal precisou tomar decisões para reverter a situação, como por exemplo a Política de Abertura Comercial, que possibilitou a entrada de novas tecnologias avançadas e modernização de distintas organizações com a finalidade do desenvolvimento econômico. Então, as empresas que obtiveram o acesso a tais tecnologias se encontravam com vantagem competitiva no mercado e maior variedade de produtos em seu portfólio.

Almeida e Bacha (1999) afirmam que para a entrada de tecnologias e mercadorias que o Brasil necessitava para seu desenvolvimento e policiar o fantasma da hiperinflação que se encontrava presente ocasionada por uma crise financeira, o Governo Brasileiro por meio do Banco do Central precisaram criar estratégias para reverter e com isso, obtiveram o controle da Taxa de Câmbio, denominado como Câmbio Fixo. No qual, em meados da década de 1994 estabeleceu que R\$1 = US\$ 1, significando a facilidade de importações de mercadorias para o território nacional.

2.3 POLÍTICAS DE INCENTIVO AO COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO

Na visão de Bonelli, Veiga e Brito (1997) as políticas públicas do comércio exterior possuem dois objetivos principais: o primeiro se caracteriza no aumento e geração do fluxo comercial do país referente a produção e comercialização internacional; o segundo é o aperfeiçoamento de tal fluxo garantindo o armazenamento do mercado do setor interno, inclusive o controle e impedindo práticas incorretas, isto é, desleais alavancando e contribuindo para a balança comercial de pagamentos.

Distintos países no campo mundial possuem individualmente políticas de incentivo ao comércio internacional, sendo pontuado como medidas fiscais, tributárias, administrativas, cambiais, entre outros que estimulam as empresas sendo elas de pequeno, médio e grande porte com o intuito de introduzi-las no mercado externo que consequentemente resulta no crescimento e desenvolvimento da economia interna (BUZZO, 2015).

O mesmo ainda enfatiza que referente a atuação do Governo Federal Brasileiro mediante ao comércio internacional, dentre seus ministérios e funções, implementou políticas de incentivo às exportações e importações, tendo como essenciais: a política de financiamento e a política de concessão de crédito. Referente a financiamento para as exportações, seria o órgão criado conhecido como PROEX, aquele que cede recursos, ou melhor, financiamento proporcionalmente ao mercado internacional e com taxas de juros menores, incluindo o apoio do BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento, com a concessão de crédito para as exportações de bens tangíveis e intangíveis por meio do FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador no âmbito do pré-embarque, embarque e pós embarque das mercadorias ao país de destino, a politização de incentivo também engloba a questão do câmbio, como órgãos responsáveis: o ACC- Adiantamento sobre Contratos de Câmbio e ACE - Adiantamento sobre Cambiais Entregues, ambos possuem a finalidade de possibilitar quem exporta receber de maneira a vista pela transação realizada a prazo.

Incluindo a interrupção da cobrança de impostos sobre produtos importados que passam por modificações e reenviados ao exterior, incluindo recursos que serão utilizados na fabricação de uma determinada mercadoria com destino a países estrangeiros sendo eles a matéria prima, embalagem e afins, tal benefício é denominado como *Drawback*. A normatização brasileira

também realiza a redução do tributo de renda referente às despesas fora do ambiente interno, como publicidade/propaganda, marketing e materiais (BUZZO, 2015).

Para que o processo da internacionalização de produtos e serviços fosse executado de forma segura no Brasil, o governo implementou medidas, isto é, políticas de capital externo para que tudo fosse documentado e regido por normas com o intuito de fiscalizar as aplicações financeiras frente a esse mercado, controle de pagamentos, incentivos, segurança nacional, amortização cambial, análise de lucro, entre outros, sendo regulamentado e baseado na Lei nº 5.025, de 10 de junho de 1966, incluindo o Decreto-lei nº 24, de 19 de outubro de 1966, referente ao intercâmbio comercial com o exterior, criação do Conselho Nacional do Comércio Exterior e afins (BRASIL, 1966).

No Quadro 1 apresenta-se o panorama das políticas públicas de comércio exterior no Brasil nos último 20 anos.

Quadro 1 - Políticas Públicas (2000-2019)

Ano	Política pública	Fonte
2000-2002	PEE - Programa Especial de Exportações com a finalidade de ampliar a negociações externas concedendo assistência; APEX - Órgão que é responsável em preparar, prestar apoio às organizações, essencialmente às micro e pequenas empresas; PROGEX - Programa de Apoio Tecnológico às Exportações possuindo como objetivo prestar assistência técnica no âmbito tecnológico para as empresas; PAE - Programa de Apoio às Exportações com a iniciativa de auxiliar os programas criados pelo Governo como concessão de crédito, consórcios financeiros.	(RODRIGUES; BENEDICTO, 2010)
2003 - 2010	Acordos comerciais com a Rússia com negociações de medicamentos, que o país obtinha tecnologia avançada para produção e utilização ao combate às doenças, inclusive uma reserva de petróleo que se encontrava escassa, modernização e manutenção das construções, ademais no setor da engenharia aeroespacial; Aliança com os Estados Unidos; As alianças continuaram com a China, em uma visita Governamental em Xangai promovido pela APEX em conjunto com o MDIC - Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, visualizando um interesse significativo nos recursos do Brasil, em especial o ramo alimentício; PITCE - Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior possuindo a finalidade de alavancar o setor industrial por meio do aperfeiçoamento da inovação nas empresas; PDP - Política de Desenvolvimento Produtivo com subsídios e isenções fiscais.	(RODRIGUES; BENEDICTO, 2010; SOUZA; SILVA, 2017).
2011-2015	Implementação do PBM - Plano Brasil Maior que possui semelhança com o PITCE tendo a mesma missão no âmbito da inovação e prestando apoio para as organizações no segmento industrial tendo como visão a vantagem competitiva no mercado interno e externo.	(SOUZA; SILVA, 2017)
2016 - 2018	Fortalecimento do bloco Brics; A volta da aliança com a Argentina; Pedido formal do Governo Federal para entrada do Brasil na OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico.	(ALVES, 2018).
2019-2020	CAPTA - Sistema de Consultas sobre Tarifas, Regras de Origem e Serviços dos Acordos Comerciais Brasileiros; Regime de <i>Drawback</i> .	(BRASIL, 2020).

	Guias para organizações que desejam ao ramo internacional destinado a Defesa através das políticas protecionistas, interesse público e ao <i>Antidumping</i> .	
--	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--

Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Costa (2012) complementa com outras ações governamentais para negociações externas, tais como: Programas de defesa, progressões, ações comerciais no ramo administrativo e operacional com a abertura de órgãos atuantes tendo como exemplo a APEXBRASIL - Agência de Promoção de Exportações do Brasil, fornecendo informações/dados estatísticos a respeito de empresas brasileiras que estão inseridas no mercado estrangeiro ativamente, além de ofertar oportunidades comerciais e a procura de importações de mercadorias nacionais; Guia online para organizações que pretendem iniciar as transações, sendo elas exportações e importações (<http://www.investexportbrasil.gov.br/>); Programa Rede Agentes de Comércio Exterior com a finalidade de incentivar empresas de pequeno porte a explorar o mercado exterior e cultivar a cultura exportadora brasileira através de cursos, exercícios, formação de um grupo em ação sobre o mercado exterior.

Rodrigues e Benedicto (2009) alegam que, a criação de Políticas Públicas de Incentivo ao Comércio Exterior é de responsabilidade dos gestores/órgãos governamentais e tais atitudes que promovem a comercialização internacional significam que cada vez mais o governo se preocupa com a inserção do país ao mercado externo e essencialmente com a visão do desenvolvimento monetário mundial em relação a outras nações existentes, além de benefícios como crescimento econômico, social, cultural e o fortalecimento e criação de potenciais parcerias monetárias globais.

2.4 ECONOMIA DO RN NA PERSPECTIVA DO COMÉRCIO EXTERIOR

O território brasileiro é extenso e possui variabilidade referente a cada estado existente, onde cada um possui sua singularidade na questão de produção por meio de seus recursos naturais (BARCA, 2012). De acordo com o próprio autor, o Rio Grande do Norte tem seu comércio e produção denominados como aquela que não exige ou necessita de tecnologia avançada, as mercadorias que são fatores fortes de exportação para a região são as amêndoas, em especial as Castanhas de Caju, incluindo o mercado de fruticultura composto por Melão, Banana, Manga, etc. Tendo em vista que desde os primeiros indícios da prática de exportações os produtos mencionados anteriormente ainda permanecem em constante transação econômica no contexto atual, além do petróleo e crustáceos, sendo essencialmente o camarão que alcançou resultado significativo entre os anos de 2002-2003.

Segundo Silva e Carvalho (2014) as exportações potiguares têm como principais destinos a Holanda, Espanha, China e Reino Unido classificados como países baixos, incluindo os Estados Unidos, o mesmo salienta os principais países que representam as importações do Rio Grande do Norte que são Argentina, China, Turquia, EUA com a demanda de recursos de viés produtivo, entre outros que fazem parte da comercialização com o mercado externo.

De acordo com análises da Balança Comercial entre 2020-2021 realizada pelo órgão FIERN – Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Norte CIN - Centro Internacional de Negócios (2021), no qual evidencia que as exportações do estado em janeiro de 2020 resultaram na arrecadação no valor de R\$ 33.571.453,00 milhões e referente ao ano de 2021 o valor de R\$ 27.145.805,00 milhões com variabilidade de 19,1% entre ambos.

Segundo Gomes (2016) e Frank *et al.* (2017) o estado do Rio Grande do Norte, não possui somente em seu desenvolvimento econômico o reflexo dos acontecimentos na esfera global, inclusive possui como renda na questão monetária o auxílio de projetos governamentais, sendo eles federais ou estaduais pois o seu setor produtivo possui fragilidades, visto que suas atribuições são denominadas como economia tradicional ou se encontra inserido no mercado externo trabalhando com mercadorias primárias.

Na opinião de Tavares (2013) O Estado do Rio Grande do Norte é popularmente conhecido como aquele que possui riquezas e distintas possibilidades no comércio exterior, dado que nessa nova perspectiva é resultado da economia gerada em torno do petróleo, setor frutífero irrigado, gás-natural, turismo, sal, energia eólica, entre outros elementos que compõem a economia do estado. E, conforme os aspectos mencionados anteriormente o estado vem conseguindo alcançar a reestruturação na área econômica, apesar do ritmo de suas atividades produtivas terem diminuído em 2012 devido à seca que se encontrava na região nordeste, no qual trouxe queda na produção e conseqüentemente na mercadoria exportada. Gonçalves (2020) afirma que em termos gerais, a região nordeste tem um significativo potencial para expandir mais horizontes no aspecto internacional, possuindo como principal ponto importante um posicionamento geográfico estratégico.

3 MÉTODO

A presente pesquisa tem caráter descritivo, que de acordo Fontelles *et al.* (2009) tal natureza consiste em apenas observar, registrar e detalhar os fatos de um determinado acontecimento, retratando as características do fenômeno que ocorreu com a amostra ou população. Tendo em vista que a finalidade do estudo é descrever o fato em si, e possui cunho quanti-qualitativo, no qual pretende apresentar dados referente a Balança Comercial das importações e exportações do estado do Rio Grande do Norte, destacando sua relevância e influência na região no âmbito econômico. Na opinião de Dalfovo *et al.* (2008) o método quantitativo é aquele que abrange toda mensuração de números, classificados e avaliados, inclusive utiliza-se de técnicas na perspectiva estatística. Trata-se de uma pesquisa quanti-qualitativa.

Segundo Schneider, Fujii e Corazza (2017) qualitativo consiste na descrição dos fatos observados pelo pesquisador, priorizando mais a circunstância do que o elemento em si, incluindo as informações levantadas pelos integrantes do estudo. Os autores ainda evidenciam que ambas as metodologias são associadas, no sentido da estruturação trazendo maiores benefícios em análises, discussões e conclusões. Com isso, tanto a pesquisa quantitativa quanto a qualitativa se apoiam.

Além da utilização da modalidade bibliográfica evidenciando as Políticas Públicas de Incentivo através de estudos já existentes, trazendo um histórico de tais estímulos governamentais no Brasil das últimas duas décadas, que segundo Severino (2017) tal metodologia consiste em uma busca e análise de trabalhos anteriores, isto é, teses, dissertações, artigos, entre outros.

Onde serão analisadas as informações do comércio exterior e crescimento econômico do estado do Rio Grande do Norte. A fonte e a coleta são de natureza secundária, coletadas a partir do portal eletrônico oficial do Banco Central do Brasil, sistema de séries temporais. As variáveis analisadas são: Balança Comercial, Taxa de Câmbio e o PIB.

O horizonte temporal analisado foi dos últimos 20 anos, isto é, de 2000 a 2019. A correlação linear é definida como aquela que é composta por duas variantes por meio de um indivíduo em comum, com a finalidade de verificar se existe interdependência entre ambas (PONTES; 2010). O coeficiente de correlação de Pearson é um indicador que busca associar duas variáveis lineares compartilhadas (FIGUEIREDO FILHO; SILVA JÚNIOR, 2009).

Os dados foram observados, por meio de análise estatística de correlação linear e séries temporais analisadas apresentaram correlação em alguns segmentos. Ao observar cautelosamente o conjunto de séries temporais através dos dados diários e mensais da Balança Comercial, Taxa de câmbio e o PIB, no qual foram realizadas as médias inicialmente feitas mensais e posteriormente anuais e a conversão da moeda estrangeira para nacional. Que de acordo com Martin *et al.*, (2015) é definida como um conjunto de variáveis quantitativas que possuem uma sequência em um determinado período de tempo.

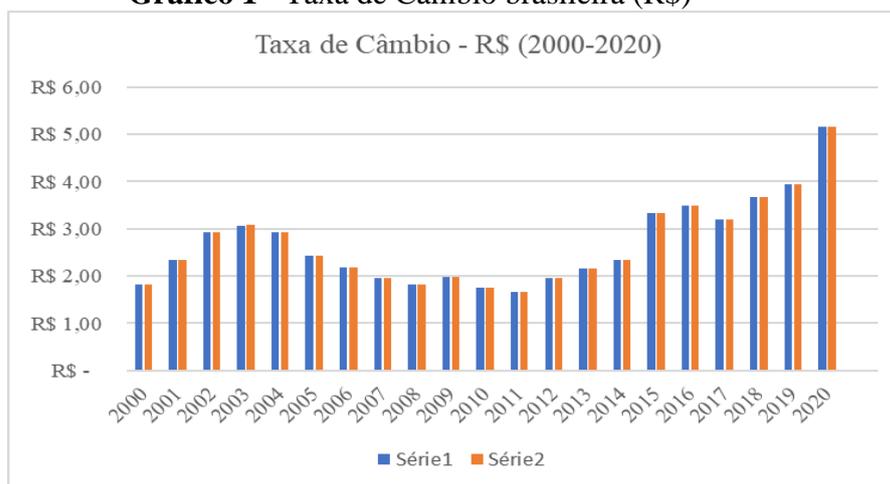
Foi utilizado a correlação de Pearson, com o intuito de efetuar correlações lineares entre as variáveis analisadas na pesquisa, por meio de planilhas de cálculos no Excel. Por último, foi feito a relação entre o comércio exterior, crescimento econômico e as políticas públicas de incentivo ao comércio exterior, com o intuito de identificar sua eficácia e influência.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Esta seção, aponta-se os dados coletados de forma ilustrativa através de figuras gráficas demonstrando os resultados das séries temporais (2000 a 2019) dos aspectos da Taxa de Câmbio brasileira, Balança Comercial e PIB do Estado do Rio Grande do Norte das últimas duas décadas com o propósito de apresentar informações referente a pesquisa.

A seguir, informações por meio do Gráfico 1, onde evidencia a variabilidade do Dólar (US\$) frente ao Real (R\$) dos últimos 20 anos.

Gráfico 1 - Taxa de Câmbio brasileira (R\$)

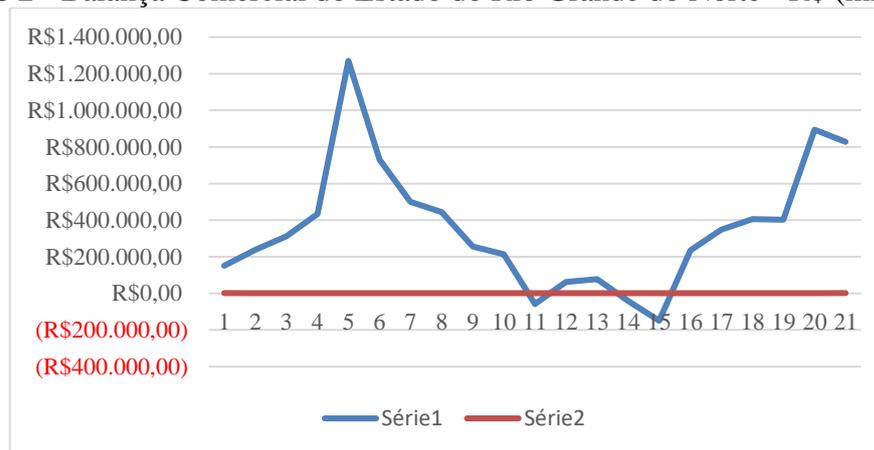


Fonte: BACEN (2022)

Conforme dados levantados, é possível observar no Gráfico 1 que a partir do período de 2000 a taxa cambial apresentava-se tendência de crescimento até 2004, nos anos posteriores evidencia a queda de 2005 a 2009 dentre tal período o Brasil se encontrava no cenário da crise financeira dos EUA relacionada aos *Subprimes* e incertezas econômicas (CASSANO *et al.*, 2017). A conjuntura permaneceu em uma variabilidade significativa entre os anos de 2010

a 2014, com quedas e altas substanciais, até que no período de 2015 e 2016 ocasionou um crescimento na taxa, no entanto, em 2017 observa-se um declínio nos anos subsequentes até 2020 um aumento significativo, visto que, o cenário econômico em tal decurso de tempo aconteceu a pandemia do Covid-19 impactando indiretamente e diretamente o setor financeiro, social, cultural (turismo) e principalmente a saúde, entre outros que foram afetados (AQUINO *et al.*, 2020).

Gráfico 2 - Balança Comercial do Estado do Rio Grande do Norte - R\$ (mil)



Fonte: BACEN (2022)

O Gráfico 2 ressalta as informações do histórico da Balança Comercial do Estado do Rio Grande do Norte em moeda nacional dos últimos 20 anos. Os dados a seguir foram coletados do site oficial do BACEN. Evidencia-se as atividades comerciais externas relacionadas ao período de 2000 a 2005, tendo em vista a politização adotada com a abertura de órgãos como PEE, APEX, PROGEX, PAE, PITCE e PDP, além de negociações com a Rússia, China e Estados Unidos no qual tais atitudes com foco na inserção do Brasil, em especial aos estados do território foram de extrema importância e se mostraram eficientes em seu objetivo que com isso, o estado do RN obteve resultados positivos, ocasionando em uma tendência de crescimento significativa.

Que na opinião de Bonelli, Veiga e Brito (1997) anteriormente mencionados, as ações do Governo Federal na visão do mercado internacional tem como finalidade proporcionar o crescimento considerado para o fluxo comercial do país e região, além do aperfeiçoamento da coordenação de transações exteriores com o propósito de garantir o abastecimento do mercado interno, organização e controle de atividades ilegais que possa acarretar em déficits na produção nativa e o apoio tendo enfoque no equilíbrio da balança.

Comparado aos anos posteriores, no período entre 2006-2011, as políticas implementadas não surtiram mais efeito e as novas não foram eficazes tendo a medida instituída o órgão PBM, como pode-se perceber uma queda em evidência, tal período de declínio perdurou entre 2015 e 2016 sendo marcado pela substituição presidencial com o *Impeachment* da então Presidenta Dilma Rousseff, eleita em 2014 (BECKER *et al.*, 2017).

Já em relação aos anos seguintes, visualiza-se um resultado crescente, no qual pode-se verificar que as ações governamentais como o fortalecimento do bloco *Brics* composto por países como China, Rússia, Brasil, Índia e África do Sul, além da reaproximação com a

Argentina, pedido formal para o Brasil ser integrante da OCDE, implementação do órgão CAPTA, guia de transparência de informações e regime *Drawback* e *Antidumping* no período de 2017-2020 surtiram efeito com a finalidade de alavancar as comercializações externas que nos anos anteriores se encontrava em estado de déficit. Então, tais ações foram assertivas e contribuíram para que a Balança Comercial da região potiguar fechasse em ascensão. No entanto, a tendência positiva de tal período foi interrompida com a doença infecciosa denominada como Covid-19 causada pelo vírus *SARS-Cov-2*, que se tornou oficialmente uma Pandemia em proporção global pela OMS – Organização Mundial da Saúde (AQUINO *et al.*, 2020). Inclusive, conforme resultados contidos no gráfico acima mencionado e políticas de incentivo estudadas é possível visualizar ainda que, no período de 2006-2015 apresentou uma variabilidade constante, no qual percebe-se que o apoio governamental foi implementado e ajudou, no entanto, o propósito não foi alcançado resultando em déficit na balança.

Os dados sobre o PIB apresentaram uma limitação a nossa pesquisa, já que não está disponível os dados do ano de 2020, isso implica que as respectivas correlações a seguir só poderá ser realizada até o ano de 2019. Desta forma, podemos observar que o estado RN vem em uma linha crescente de PIB, onde observamos que o mesmo não apresentou oscilações decorrentes nos 20 anos analisados. Tal resultado mostra que as Políticas Públicas de Incentivo contribuíram para o crescimento econômico e eficiência referente ao PIB, observa-se que o aumento dos resultados inicia a partir de 2002 a 2009 no qual foi implementado órgãos com a visão voltada para o papel exportador brasileiro e proteção comercial interna como o APEX, PROGEX, PEE, PITCE, PDP e alianças com os Estados Unidos, China, Rússia, incluindo o fortalecimento com o bloco Mercosul, entre outros trazendo benefícios internos com a entrada de recursos médicos, tecnologia e produtos de necessidade própria, e na questão externa com a venda de bens tangíveis e intangíveis de especialidade do país, em específico do estado do RN.

No período subsequente, de 2010-2019 as ações governamentais como abertura do PBM, consolidação do bloco *Brics*, regimes de *Drawback* e *Antidumping*, sites de transparência e fornecimento de informações as organizações, por fim o CAPTA continuaram tendo resultados positivos, com superávits, proporcionando o desenvolvimento econômico para o estado do RN.

Os autores Silva e Carvalho (2014) alegam que, os resultados de superávit e déficit da Balança Comercial referente as exportações e importações são muitas vezes motivados pelo pilar micro e macroeconômico no qual é composto por: inflação, taxa cambial, concorrência empresarial, políticas comerciais externas, entre outros. E ainda complementam que o Rio Grande do Norte se encontra em um mundo globalizado e sua economia é caracteriza como capitalista dinâmica, no qual sofre as variações do mercado, assim como outras regiões e países.

Segundo Furtado *et al.* (2002) a correlação entre duas características mede a associação entre ambas, entretanto não determina a relação de causa e efeito, mas determinada por meio da análise uma direção. Desta forma ao realizar a análise da correlação de Pearson, foi possível correlacionar inicialmente as exportações e com respectivo PIB. Essa correlação apresentou coeficiente de $r=0,30$. Isso significa que há um crescimento proporcional de uma variável em relação à outra, ou seja, o aumento da apresentando das exportações seria acompanhado por um aumento aproximadamente simétrico de 30% do PIB. Desse modo, a correlação entre exportações e PIB no RN reforça a importância da base exportadora no crescimento do Produto Interno Bruto, possibilitando, inclusive, que o estado do Rio Grande do Norte acompanhasse o

crescimento do PIB brasileiro. Porém, quando foram correlacionados o PIB e o saldo da balança comercial (BC), apresentou-se um coeficiente de correlação baixo de $r=0,13$, tal fato se explica na medida que a importação se elevou ao longo do tempo, o que provocou uma diminuição do saldo a BC já que muitos brasileiros passaram a importar ao invés de fomentar o crescimento local.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa aqui desenvolvida, tinha como objetivo verificar se o crescimento econômico foi influenciado pelas políticas de incentivo ao comércio exterior do Estado do Rio Grande do Norte. Por meio desse estudo foi possível analisar o efeito das políticas públicas no desenvolvimento dos estados, em especial ao Estado do Rio Grande do Norte. Observou-se que as Políticas Públicas de Incentivo do Comércio Internacional brasileiro contribuíram de forma notável, como pode-se perceber com o progresso importante do PIB da região ao decurso do tempo dos últimos 20 anos da economia.

Com a criação de tais regimentos possibilitou o Brasil como um todo cada vez mais, na questão da inserção ao comércio internacional do RN e principalmente em tal período a entrada de produtos e tecnologia para o crescimento do país, incluindo políticas protecionistas com a finalidade de preservar o mercado interno dos concorrentes externos. Tanto que o mesmo e outros estados que compõem o Nordeste possuem um papel de relevância com seus recursos e produtos nativos no mercado internacional.

Portanto, diante de todas as informações apuradas e avaliadas por meio de artigos, séries temporais, e outras fontes de dados encontrados na área do Comércio Exterior Brasileiro que possui um número extenso de trabalhos, notas oficiais, normas e relatórios expedidos pelo Governo Federal com periodicidade diário, mensal e anual, resultaram no alcance do objetivo proposto. Levando-se em conta, na perspectiva das limitações, os dados coletados se encontravam diariamente e mensalmente de cada ano dentro o período estudado, se tornando duradouro e dificultoso as análises para o propósito final ser alcançado, além da conversão da taxa cambial de cada indicador financeiro, incluindo os saldos desfavoráveis da Balança Comercial que influenciaram negativamente para avaliação estatística da correlação de Pearson.

Recomenda-se que sejam realizados futuros trabalhos, que abordem análises setoriais do comércio exterior, para verificar quais setores produtivos as políticas públicas de fato estão incentivando, utilizando de análise estatística através da aplicação de regressão múltipla identificando todas as variáveis existentes em especial dos nichos produtivos e sua relação com o PIB.

REFERÊNCIAS

ALONSO JUNIOR, N. *et al.* Um Estudo das Políticas Públicas de Incentivo à Exportação para Micros, Pequenas e Médias Empresas do Estado de São Paulo: Nelson Alonso Junior. Porto Alegre, p. 1-12, 2010. Disponível em:
https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos10/427_Incentivo_Exportacao_SEGET.pdf. Acesso em: 26 mar. 2022.

ALMEIDA, F. M.; SILVA, O. M.; BRAGA, M. J. O comércio internacional do café brasileiro: a influência dos custos de transporte. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, [S.L.], v. 49, n. 2, p. 323-340, jun. 2011. Fap. UNIFESP (SciELO).

<http://dx.doi.org/10.1590/s0103-20032011000200003>. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/resr/a/mthtZrCNT8799ZXVmYdL48S/?lang=pt>. Acesso em: 12 out. 2021.

ALMEIDA, C. O.; BACHA, C. J. C. Evolução da política cambial e da taxa de câmbio no Brasil, 1961-971: **Pesquisa & Debate**, São Paulo - SP, v. 10, 29 maio 1999. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/rpe/article/view/11909/8624>. Acesso em: 24 mai. 2022.

BACEN, Banco Central do Brasil, 2022. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/?bc=>. Acesso em 27 abr. 2022.

ALVES, L. A. T. **A política brasileira na Presidência da República de Michel Temer: a influência da crise política interna no primeiro ano e seis meses de governo**. 2008. 35 f., il. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Relações Internacionais) Universidade de Brasília, 2018. Disponível em: <https://bdm.unb.br/handle/10483/24338>. Acesso em 24 mai. 2022.

APEX, 2022. Disponível em: <https://apexbrasil.com.br/>. Acesso em 25 mai. 2022

BARBOSA, E. Exportações estaduais e crescimento econômico no Brasil. 2006. 129 f. Dissertação (Mestrado em Economia do Desenvolvimento) - **Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, 2006. Disponível em: <http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/3965>. Acesso em: 13 out. 2021.

BARCA, I. M. M. L. V. **Exportações do Rio Grande do Norte: análise por vantagem comparativa revelada**. 2012. 62 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Economia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa- PB, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/4990/1/arquivototal.pdf>. Acesso em: 29 nov. 2021.

BALASSA, B. Exports and economic growth: further evidence. **Journal of Development Economics**, vol. 5, p. 181-189, 1978.

BECKER, Camila; CESAR, Camila; WEBER, Débora Gallas Maria Helena. **Manifestações e votos sobre impeachment de Dilma Rousseff, na primeira página de jornais brasileiros**. In: CONGRESO LATINOAMERICANO DE INVESTIGADORES DE LA COMUNICACIÓN, 40., 2016, Ciudad de México. Memorias del XIII Congreso Latinoamericano de Investigadores de la Comunicación | Comunicación Política y Medios. Ciudad de México: Alaic, 2016. p. 73 - 87. Disponível em: <http://revista.pubalaic.org/index.php/alaic/article/view/242>. Acesso em: 06 jun. 2022.

BENETTI, A. Q. *et al.* Comportamento da função importações do Brasil de 1996 até 2019: Artur Queiroz Benetti. **Revista Observatório de La Economía Latino Americana**, Brasil, v. 19, n. 2, p. 12-30, 01 fev. 2021. Disponível em: <https://www.eumed.net/uploads/articulos/db81f439dd4e8e6d04e30ab27bda087e.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2022.

BONELLI, R. *et al.* **As políticas industrial e de comércio exterior no brasil: rumos e indefinições.** TEXTO PARA DISCUSSÃO nº 527. ed. Rio de Janeiro: Ipea - Diretoria de Pesquisa Econômica Aplicada, 1997. 77. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/2306>. Acesso em: 18 nov. 2021.

BUZZO, Everton José. **Fundamentos de Comércio Exterior.** Rio de Janeiro: Estácio, 2015.
CARMO, Alex Sander Souza do *et al.* O efeito das exportações no crescimento econômico das microrregiões brasileiras: uma análise espacial com dados em painel. **Estudos Econômicos (São Paulo)**, São Paulo - SP, v. 47, n. 1, p. 153-183, 27 out. 2016. Fap. UNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0101-416147161aaa>.

CARNEIRO, J.; BIANCHI, C.; GOMES, R. M. Exportações Brasileiras: Benefícios e Obstáculos na Percepção das Empresas. **Tecnologias de Administração e Contabilidade**, v. 6, n. 1, p. 22-38, 2016.

CARVALHO, Gonçalo Nuno Brites de. **A Relação entre as Exportações e o Crescimento Económico: Análise do Caso Português.** 2015. 45 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Economia, Faculdade de Economia - Universidade de Coimbra -, Coimbra, 2015. Disponível em: https://eg.uc.pt/bitstream/10316/28500/1/Trabalho%20de%20Projeto_Gon%C3%A7alo%20Carvalho.pdf. Acesso em: 20 nov. 2021.

CAVALCANTI, M. A.; F. H. *et al.* **As exportações brasileiras no período 1977/96: desempenho e determinantes.** 545. ed. Rio de Janeiro: Ipea - Diretoria de Pesquisa Econômica Aplicada, 1998. 51 p. 51 f. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=3817. Acesso em: 09 out. 2021.

COSTA, A. C. R. **Burocracia e Comércio Exterior:** os desafios à exportação sob a ótica das micro e pequenas exportadoras do Rio Grande do Norte. 2012. 126 f. Dissertação (Doutorado) - Curso de Administração, Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2012. Cap. 2. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/12203/1/BurocraciaCom%c3%a9rcioExterior_Costa_2012.pdf. Acesso em: 20 mai. 2022.

COSTA, A. C. S.; BARBOSA, V. T. Dilma VS Temer: o que foi prometido e o que realmente mudou para o Mercosul? **Csonline - Revista Eletrônica de Ciências Sociais**, [S.L.], n. 31, p. 26, 17 jun. 2020. Universidade Federal de Juiz de Fora. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.34019/1981-2140.2020.29390>. Acesso em: 23 mai. 2022.

DALFOVO, M. S.; LANA, R. A.; SILVEIRA, A. **Métodos quantitativos e qualitativos: um resgate teórico.** Revista Interdisciplinar Científica Aplicada, Blumenau, v.2, n.4, p.01- 13, Sem II. 2008 ISSN 1980-7031. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/277098690_METODOS_QUANTITATIVOS_E_QUALITATIVOS_UM_RESGATE_TEORICO. Acesso em: 02 nov. 2021

EXTERIOR, Secretaria de Comércio. **Anuário do comércio exterior brasileiro**. 9. ed. Brasília - DF: Governo Federal, 2020. 82 p. (1). Ficha Técnica. Disponível em: <https://www.gov.br/produtividade-e-comercio-exterior/pt-br/assuntos/comercio-exterior/publicacoes-sececx/anuario/arquivos/anuario-comex-2020.pdf>. Acesso em: 23 mai. 2022.

FARIAS, A. C. S.; FARIAS, R. B. A. Desempenho Comparativo entre Países Exportadores de Pescado no Comércio Internacional: brasil eficiente? **Revista de Economia e Sociologia Rural**, [S.L.], v. 56, n. 3, p. 451-466, set. 2018. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1234-56781806-94790560306>.

FONTELLES, M. J. *et al.* Metodologia da pesquisa científica: diretrizes para a elaboração de um protocolo de pesquisa/Scientific research methodology: guidelines for elaboration of a research protocol. **Rev. para. med**, 2009. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/150/o/Anexo_C8_NONAME.pdf. Acesso em: 10 dez. 2021.

FURTADO et al. Análise de trilha do rendimento do feijoeiro e seus componentes primário sem monocultivo e em consórcio com a cultura do milho. **Ciência Rural**, Santa Maria, v.32, n.2, p.217-220, 2002.

GARCIA, A. L. **As exportações brasileiras entre 1998 e 2018 uma análise sobre a reprimarização**. 2019. 37 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/26418>. Acesso em: 15 nov. 2021

GONÇALVES, T. F. C. **A participação da china na expansão do comércio exterior da região nordeste do brasil**. 2020.1 TCC (Graduação) - Curso de Relações Internacionais, Centro de Ciências Sociais Aplicadas Departamento de Relações Internacionais, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão/CE, 2020.1. Disponível em: <https://ri.ufs.br/handle/riufs/14122>. Acesso em: 10 dez. 2021.

MARCONDES, R. L. O mercado brasileiro do século XIX: uma visão por meio do comércio de cabotagem. **Revista de Economia Política**, [S.L.], v. 32, n. 1, p. 142-166, mar. 2012. Fap UNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0101-31572012000100009>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rep/a/QzGzHffGRLphKvjvFwQbFbK/?lang=pt>. Acesso em: 10 out. 2021.

MELO, A. F. Gestão de processos de importação e exportação processos de compras internacionais em tempos de pandemia - Covid-19: um estudo sobre a importação de máscara n95 numa empresa de importação na cidade de São Paulo. In: XII Fateclog gestão da cadeia de suprimentos no agronegócio: desafios e oportunidades no contexto atual., 2021, Mogi das Cruzes/Sp. Mogi das Cruzes/Sp.: 2021. v. 1, p. 1-19. Disponível em: <https://fateclog.com.br/anais/2021/643-851-1-RV.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2022.

MELO, M. A. V. **A invasão dos produtos importados no mercado nacional e a prática do dumping**. 2013. Disponível em: <http://marceloavmelo.blogspot.com/2013/09/a-invasao-dos-produtos-importados-no.html>. Acesso em: 18 abr. 2022.

MUNDURUCA, D. F. V. **Comércio exterior como estratégia de crescimento econômico: uma proposta de priorização de produtos exportáveis para a economia sergipana**. 2010. 147 f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2010.

NAKABASHI, L. *et al.* Efeitos do câmbio e juros sobre as exportações da indústria brasileira, Rio de Janeiro, v. 12, n. 3, p. 433-461, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rec/a/bgfc8HQnWDGR3RfrKvnSdrM/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 27 mar. 2022.

RODRIGUES, W.; BENEDICTO, G. C. de. Uma análise das políticas de comércio exterior brasileiro nos últimos quinze anos. *Revista Eletrônica de Estratégia e Negócios*, Florianópolis, v. 2, n. 2, p. 27-51, jul./dez. 2009. Disponível em: <https://portaldeperiodicos.animaeducacao.com.br/index.php/EeN/article/view/60/60>. Acesso em: 22 mai. 2022.

SANTOS, G. F. As relações econômicas externas do Brasil e a indústria de alimentos. **Revista de Administração de Empresas**, [S.L.], v. 17, n. 6, p. 45-70, dez. 1977. Fap. UNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0034-75901977000600004>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/mthtZrCNT8799ZXVmYdL48S/?lang=pt>. Acesso em: 11 out. 2021.

SANTOS, L. B. Políticas públicas e internacionalização de empresas brasileiras. **Sociedade & Natureza**, [S.L.], v. 27, n. 1, p. 37-52, abr. 2015. Fap. UNIFESP (SciELO). Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-451320150103>. Acesso em: 15 maio 2022.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 24. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2017.

SENAI/FIERN, **Balança Comercial do Rio Grande do Norte janeiro (2021)**. Disponível em: <https://www.rn.senai.br/wp-content/uploads/2021/02/Balan%C3%A7a-Comercial-do-RN-Janeiro-2021.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2021.

SOUZA, M. C. A. **Crescimento econômico, inovação e empreendedorismo**. 2009. 155 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Economia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre - RS, 2009. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/18843>. Acesso em: 17 nov. 2021.

SILVA, J. L. M.; MONTALVÁN, D. B. V. Exportações do Rio Grande do Norte: estrutura, vantagens comparativas e comércio Intra-Indústrial. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, [S.L.], v. 46, n. 2, p. 547-568, jun. 2008. Fap. UNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-20032008000200010>. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/resr/a/ZpkDMB9BnNjsq6g4N4DZMnF/?lang=pt>. Acesso em: 10 out. 2021.

SILVA, B. L. R.; LUNELLI, F.; CLETO, C. I. As exportações brasileiras e a dependência das commodities / Brazilian Exportas and Dependence on commodities. **Brazilian Journal of Development**, [S.L.], v. 7, n. 2, p. 15140-15160, 2021. Brazilian Journal of Development. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.34117/bjdv7n2-234>. Acesso em: 15 out. 2021

SILVA, M. L. da *et al.* A Inserção Comercial do Estado do Rio Grande do Norte no Período Recente (2010-2014). **Revista de Economia Regional, Urbana e do Trabalho**, Natal - RN, v. 04, n. 02, p. 1-7, 2014. Disponível em: <https://ojs.ccsa.ufrn.br/index.php/rerut/article/view/622>. Acesso em: 28 nov. 2021.

SILVA, M. F.; RESENDE, L. L.; QUERINO, F. F.; RIBEIRO, F. F.; SILVA, C. A. Vantagens e desvantagens do processo de importação e nacionalização de produtos em uma indústria de reatores e luminárias. **Anais do Congresso Brasileiro de Custos - ABC**, [S. l.], 2018. Disponível em: <https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/view/4564>. Acesso em: 25 mai. 2022.

Subsecretaria de defesa comercial e interesse público, **SDCOMMECUM**: Governo Federal, 2022. 544 p. Disponível em: https://www.gov.br/produtividade-e-comercio-exterior/pt-br/assuntos/comercio-exterior/defesa-comercial-e-interesse-publico/arquivos/guias/copy2_of_SDCOMMECUM_VERSOFINAL.pdf. Acesso em: 18 abr. 2022.

SOUZA, P. O. C.; SILVA, M. L. Aspectos gerais da inserção comercial brasileira no mercado internacional. **Revista de Economia Regional, Urbana e do Trabalho**, [S.L.], v. 6, n. 2, p. 5-29, 2 mar. 2018. Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.21680/2316-5235.2017v6n2id16700>. Acesso em: 20 mai. 2022.

TAVARES, A. C. O. K. O porto de natal: sua importância para o comércio exterior do RN. 2013. 62 f. Monografia (Especialização) – Curso de Engenharia Civil, Departamento de Engenharia Civil, Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis, 2013. Disponível em: https://www.gov.br/infraestrutura/pt-br/centrais-de-conteudo/anna-claudia-oliveira-kiermes-tavares-pdf/@_@download/file/anna-claudia-oliveira-kiermes-tavares.pdf. Acesso em: 01 dez. 2021.

VIANA, J. G. A.; MORAES, M. R. E. de; DORNELES, J. P. Dinâmica das importações de carne ovina no Brasil: análise dos componentes temporais. Seminário: Ciências Agrárias, [S.L.], v. 36, n. 31, p. 2223, 2 jul. 2015. Universidade Estadual de Londrina. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5433/1679-0359.2015v36n3supl1p2223> . Acesso em: 15 mai. 2022.